



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da reunião Ordinária da Comissão Permanente de **Defesa do Cidadão e Honrarias** realizada no dia 04 de novembro de 2021, às 15:15 horas, na Câmara Municipal de Aracruz. Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um reuniu-se a Comissão sob a Presidência da vereadora Adriana Guimarães Machado, contando com a presença dos vereadores Carlinhos Mathias e Roberto Rangel; presente os convidados Luciana Sacramento – Subprocuradora Municipal e os senhores Aristeu Felício e Renato Costa Coutinho - SETRANS. A Senhora presidente agradeceu a presença de todos, declarou abertos os trabalhos informando que a reunião tem por objetivo discussão relativa à gratuidade de passagem para mulheres acima de 60 anos no Município de Aracruz. O vereador Roberto Rangel questionou se houve reunião do gabinete da Prefeitura, junto a PROGE e SETRANS para tratar o assunto. O senhor Renato Costa informou que houveram diversas reuniões para tratar o assunto. A Sr.^a Procuradora Luciana informou que até o momento não há previsão orçamentária para o município cumprir o que foi aprovado na Emenda à Lei Orgânica que determinou a gratuidade. Disse que a Prefeitura passou a exigir às concessionárias que cumpram com esta gratuidade, porém as concessionárias entraram com processo solicitando a inconstitucionalidade, no âmbito do contrato com a Prefeitura de Aracruz, o que foi acolhido pelo juízo. Disse também que a Procuradoria não recorreu, pois concordou com a inconstitucionalidade. O vereador Roberto ressaltou o grave problema da não obediência de uma emenda à Lei Orgânica aprovada nesta casa, que é preciso regulamentar a questão, e não apenas manter-se inerte, já que o direito das mulheres está previsto em Lei Orgânica vigente. A senhora presidente disse que entende que houve problema de vício de iniciativa e ressaltou que o orçamento está sendo discutido nesta casa e que é preciso unir forças para resolver a situação. O senhor Renato Coutinho questionou o que poderia ser feito para sanar a questão. O vereador Roberto informou que deve-se inicialmente incluir este subsídio na Lei Orçamentária Anual e, futuramente, a criação de lei regulamentando a gratuidade. A Comissão passou a análise do processo legislativo referente ao tema, transcorrido de 2015 até atualmente. O senhor Aristeu Felício disse que não vê no Executivo qualquer intuito de resolver a situação das mulheres e que mais parece que o Executivo está apenas “empurrando com a barriga”. A vereadora Adriana disse que o Executivo dever enviar projeto regulamentando a questão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião e determinada a elaboração da presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada.

1. **Adriana Guimarães Machado**Presidente.....

2. **Carlinhos Mathias**.....

3. **Roberto Rangel**.....